



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação oral

Há vários anos, o CCAC divulgou relatórios sobre o caso da permuta do terreno da Fábrica de Panchões Iec Long e o projecto de construção no Alto de Coloane, os quais demonstraram que, devido aos graves problemas de corrupção antes do Retorno, algumas pessoas conseguiam facilmente obter terrenos públicos através do pagamento de subornos aos serviços públicos. Após o Retorno, continua a existir conluio entre pessoal dos serviços e pessoal do exterior, permitindo que pessoas com fortes ligações brinquem com a terra, isto é, que se troquem grandes terrenos por pequenos terrenos e se ocupem ilegalmente terrenos públicos para serem trocados por outros terrenos públicos, violando o interesse público e deixando a sociedade irritada.

Em 14 de Fevereiro de 2018, apresentei uma interpelação sobre a retoma do terreno do Alto de Coloane, na qual refiro dois pontos: 1). O caso do Alto de Coloane envolve ilegalidades, portanto, independentemente de ter ocorrido antes ou depois do estabelecimento da RAEM, o Governo deve ser rigoroso no seu tratamento, não deixando que caia em saco roto. O Governo vai realizar uma investigação sobre todas as ilegalidades envolvendo esse terreno? Vai divulgar os resultados da investigação respectiva? 2). O terreno do Alto de Coloane, que pertence ao Estado, foi ocupado ilegalmente, então, quando é que o Governo vai retomá-lo e como vai fazê-lo?

Em 27 de Março daquele ano, as autoridades foram de poucas palavras na resposta a uma interpelação minha: *“dado que, presentemente, o acompanhamento deste caso está sob a alçada dos serviços da área da justiça, o Governo da RAEM irá, após a conclusão da investigação e divulgação do*



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

*resultado, proceder ao seu devido tratamento conforme a legislação vigente na matéria.*”. Uma resposta destas é o mesmo que não dar resposta, pois imputam-se as responsabilidades aos serviços da área da justiça. Passaram-se mais de 20 meses, afinal, quais foram os resultados? A investigação por parte daqueles serviços já foi concluída? O público ainda está à espera que as autoridades procedam ao referido tratamento.

Foram concedidos muitos terrenos que ficaram por aproveitar durante muito tempo, então, o Governo procedeu, em 2009, a uma verificação sistemática de 113 desses terrenos. Concluiu que 48 estavam por aproveitar por razões imputáveis aos concessionários, e procedeu a uma verificação mais aprofundada destes, tendo, posteriormente, libertado 16 terrenos cujo desaproveitamento não era imputável aos concessionários; e quanto aos restantes 32 terrenos, confirmou-se que, na maior parte dos casos, o desaproveitamento era imputável aos concessionários, por isso, foi sendo declarada a caducidade das concessões de mais de 20 deles. Estes terrenos, na sua maioria, envolveram processos judiciais, mas hoje, anos depois, acredita-se que a maior parte dos processos já foi concluída e já está confirmado que esses terrenos desaproveitados podem ser recuperados para se proceder ao seu replaneamento. Só que, até à data, após 10 anos, existem alguns terrenos em relação aos quais ainda não há conclusão.

Os solos são recursos extremamente preciosos para Macau, que é uma cidade pequena, e é inaceitável que os governantes arrastem a resolução do problema dos terrenos desaproveitados, deixando-os por aproveitar e tratar. Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. O CCAC comprovou na sua investigação que o terreno do Alto de Coloane, que pertence ao Estado, tinha sido ocupado ilegalmente, mas que se saiba, só após a investigação e a divulgação dos respectivos resultados por parte dos órgãos judiciais é que o Governo pode proceder ao devido tratamento nos termos da legislação em vigor. Então, qual é o ponto da situação daquela investigação? Existe um prazo? Quando é que o Governo pode retomar o terreno nos termos da legislação em vigor?
2. Restam 32 terrenos, depois de terem sido libertados 16 cujo desaproveitamento não era imputável aos concessionários, e em relação a mais de 20, confirmou-se que o desaproveitamento era imputável aos concessionários, tendo sido declarada a respectiva caducidade, ao longo dos anos, portanto, só falta confirmar a situação de alguns deles. Este procedimento de verificação de responsabilidades ainda continua ou já caiu em saco roto? Se ainda continua, quanto vai demorar ainda?
3. O procedimento de verificação ainda não foi concluído em relação a quantos dos terrenos referidos na 2.ª questão? Passaram-se 10 anos e essa verificação ainda não foi concluída. Porquê? Devido a falhas e negligência humana ou a dificuldades técnicas específicas? O Governo deve justificar-se perante a população. Vai fazê-lo?

**O Deputado à Assembleia Legislativa**

**Au Kam San**

16 de Dezembro de 2019